

OS POVOS TRADICIONAIS DE TERREIROS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS GOVERNAMENTAIS FACE À ASCENSÃO DOS NEOPENTECOSTAIS AOS CARGOS ELETIVOS NO BRASIL

THE TRADITIONAL TERREIRO PEOPLES AND GOVERNMENT PUBLIC POLICIES IN FACE OF THE RISE OF NEOPENTECOSTALS TO ELECTIVE POSITIONS IN BRAZIL

Lucy Patrícia da Silva Farias¹

UNICAP: <https://orcid.org/0000-0003-0713-3327>

DOI: [10.21680/1982-1662.2023v6n37ID32019](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2023v6n37ID32019)

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de analisar alguns os avanços e retrocessos no tocante às políticas públicas voltadas para os povos tradicionais de terreiro, tendo como parâmetro os Planos Plurianuais de (2016-2019) e (2020-2023), as leis promulgadas nesse período que efetivaram direitos e garantias. Salientamos que em 2016 ocorreu uma maior representatividade da bancada evangélica nos cargos eletivos, o que repercutiu diretamente na forma de direcionamento das ações governamentais. Ademais, mostraremos as narrativas dos povos de terreiros diante dessa conjuntura política no país e como isso impactou a liberdade religiosa e a luta diária para que seus direitos sejam respeitados. Por conseguinte, faz-se necessária tanto uma abordagem quantitativa, quanto qualitativa, para maior elucidação da temática, tendo em vista que tais métodos não são excludentes, mas sim complementares. Minayo (2001), afirma que a pesquisa qualitativa consegue responder a certas questões particulares que não podem ser quantificadas, trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações e crenças, valores e atitudes, adentrando

¹ E-mail: lucypatricia1969@hotmail.com

num processo mais profundo e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Nesse sentido, tanto a análise documental quanto as narrativas são importantes para demonstrar que nem sempre as ações governamentais procuram diminuir as desigualdades sociais, e reconhecer a importância dos povos tradicionais na construção do país.

Palavras-chave: Povos de terreiro. Avanços. Retrocessos.

Abstract

The present work aims to analyze some of the advances and setbacks regarding public policies aimed at the traditional peoples of the terreiro, having as a parameter the Multi-Year Plans of (2016-2019) and (2020-2023), the laws enacted in that period that enforced rights and guarantees. We emphasize that in 2016 there was a greater representation of the Evangelical group in elected positions, and this has a direct impact on the way in which government actions are directed. In addition, we will show the narratives of people from terreiros in the face of this political situation in the country and how this impacted religious freedom and the daily struggle for their rights to be respected. Therefore, both a quantitative and a qualitative approach is necessary for further elucidation of the subject, bearing in mind that such methods are not mutually exclusive, but complementary. Minayo (2001), states that qualitative research manages to answer certain particular questions that cannot be quantified, working with the universe of meanings, motives, aspirations and beliefs, values and attitudes, entering a deeper process and phenomena that cannot be reduced to the operationalization of variables. In this sense, both document analysis and narratives are important to demonstrate that government actions do not always seek to reduce social inequalities, and recognize the importance of traditional peoples in the construction of the country.

Keywords: Terreiro peoples. Advances. Setbacks.

Introdução

No Brasil a cada quatro anos seus representantes são escolhidos para ocupar os mandatos eletivos, e essa escolha feita pelo povo vai determinar o futuro do país. Cabe ressaltar que, mesmo um candidato apresentando um projeto político durante o pleito eleitoral nas quais demonstra as ações de fomento que serão priorizadas pela administração pública na vigência do seu governo, não está obrigado por lei a cumprir o que propôs em campanha.

E nesse jogo em busca de poder, dificilmente o que fora prometido é concretizado e a população que mais necessita raramente é atendida. Assim, torna-se fundamental na garantia de direitos, as articulações de classes, as organizações de diversos grupos e segmentos sociais.

A representatividade no Congresso Nacional pode assegurar a manutenção ou disseminação de concepções de mundo e ideologias de determinados grupos, pois um discurso que é seguidamente reiterado pode ser tomado como verdade. “Somos formados pelos costumes de nossa sociedade, que nos educa para respeitarmos e reproduzirmos os valores propostos por ela como bons e, portanto, como obrigações e deveres” (Chauí, 2000, p. 437).

E na perquisição de influenciar diretamente a realidade apontada anteriormente que podemos observar o crescente número de neopentecostais sendo empossados em diversos cargos eletivos em todo país. Ressaltamos que isso acaba repercutindo diretamente nas leis e terá uma repercussão direta nas conquistas sejam efetivadas para uma determinada parcela da população e esquecimento de exogrupos.

Nesse diapasão, as leis quando positivadas geram direitos e obrigações, por isso que está à frente na elaboração é fundamental. Elucidamos que o plano plurianual tem relação com essa política de governo. Destacamos que possuindo uma forte bancada evangélica no Congresso a qual defende que a religião de matriz africana é uma religião que cultua o demônio, implica-se em um discurso de não está concatenado com a laicidade do estado e que também acaba prejudicando as ações de valorização da importância histórica desse povo, bem como na elaboração de leis que atingem a liberdade de culto, garantida constitucionalmente.

A diversidade compõe o universo das religiões. Cada denominação reflete o livre arbítrio das pessoas para seguir as suas convicções. Faz parte da individualidade de cada um escolher a denominação que seguirá. É o que chamamos de direito

humano subjetivo. O Estado tem como premissa básica a laicidade, não deve ser proselitista, não devendo professar qualquer tipo de religião. Todavia, nem todas as religiões conseguem livremente viverem seu sagrado e praticar livremente sua liturgia, sendo sempre alvos de discriminação, preconceito e intolerância.

Algo que se faz necessário aclarar é que no Brasil a Religião de Matriz Africana historicamente foi alvo de perseguições, no princípio pelo colonizador, na atualidade pelos neopentecostais. O discurso que embasava um ideário europeu, de uma visão dualista, do bem contra o mal, contempla uma narrativa que disseminava o ódio e que ainda serve de base nos discursos midiáticos, assim como de lideranças neopentecostais.

Ademais, verifica-se que tal religião serve de base para ascensão do poder político na atual conjuntura e que esse empoderamento muitas vezes serve de escudo para atitudes intolerantes que cerceiam a liberdade religiosa. Essa articulação repercute diretamente na base da sociedade porque há uma manobra para ocupar os diversos espaços de poder.

Assim, inicialmente abordaremos os planos plurianuais, fazendo uma análise comparativa com relação à concepção de governo e leis promulgadas, posteriormente, demonstraremos a ascensão dos neopentecostais ao poder, finalizando abordaremos o discurso dos neopentecostais e a religião de matriz africana.

Planos plurianuais e leis promulgadas (2016-2023) evidenciando os povos de terreiro

No Brasil quaisquer ações de fomento e dispêndio de recursos devem estar dispostas no Plano Plurianual. Cabe destacar que o período de vivência é diferente ao período do mandato Presidencial, tendo em vista o princípio da continuidade do serviço público. Em função disso, quando o Presidente assume, o plano em vigência será do seu antecessor e a elaboração de tal plano só será realizada no segundo ano de mandato.

Assim, quando o Presidente Jair Messias Bolsonaro assumiu a Presidência da República em 2019, era o plano plurianual 2016-2019 que estava em vigência. O mesmo ocorre na legislatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que iniciou o mandato eletivo em 2023, estando em vigor o Plano Plurianual de 2020-2023.

Entretanto, poderá haver articulações políticas para que algumas pautas defendidas no pleito eleitoral possam ser viabilizadas já no primeiro ano de mandato presidencial. Outrossim, as leis promulgadas podem gerar obrigações e direitos para a sociedade como um todo.

Realizadas tais elucidações, ressaltamos que muitas conquistas do povo de terreiro ocorreram antes do período acima mencionado. Dentre as principais conquistas legais podemos destacar a Constituição Federal de 1988, que dispõe em seu art. 5º, inciso VI, acerca da inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, estando assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, bem como a garantia da proteção aos locais de culto e liturgias.

A Lei 7716/1989, que inicialmente mencionava crimes de raça ou cor foi alterada pela Lei nº 9.459, de 15 de maio de 1997, ampliando para crimes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Também podemos mencionar a Lei 10.639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana".

Além das leis acima mencionadas, podemos citar o Estatuto da Igualdade Racial, que dispõe do art. 24 ao art. 26 sobre a liberdade religiosa e o livre exercício dos cultos religiosos. A lei 6.040, de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como a Lei 11.635, de 2007 que institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Essas foram algumas conquistas dos povos tradicionais de terreiro que foram regulamentadas por lei.

Verifica-se que foi trilhada uma longa trajetória, possuindo o Brasil uma dívida histórica com relação aos povos africanos que foram escravizados, retirados de sua terra natal e impedidos de vivenciar sua própria religiosidade. De Sales Júnior (2015) menciona o seguinte:

A diáspora negro-africana é entendida como o processo de dispersão/diferenciação dos povos negro-africanos e seus descendentes, e como a multiplicidade social, política e cultural resultante desta dispersão. A diáspora negro-africana sempre experimentou, como efeitos da conquista, seus governos, suas leis e suas relações, o caráter de pilhagem da propriedade, de extorsão das leis e de dominação do governo. O governo, as leis, o estatuto da propriedade são, no fundo, apenas a continuação pós-colonial, em seus efeitos, não corrigidos, mas reproduzidos por outros meios, da guerra,

da colonização e da escravidão (De Sales Júnior, 2015, n.p).

Cabe esclarecer que nem sempre a posituação de uma lei garante o direito, tanto é verdade que vários casos de intolerância e preconceitos são noticiados em diversos jornais do país. Por isso deve haver reiteradamente políticas públicas voltadas para os povos tradicionais. Nesse sentido, o Plano Plurianual de 2016-2019 ressalta a importância das políticas de desenvolvimento social como evidenciado no trecho abaixo citado.

As políticas de desenvolvimento social compreendem também um conjunto de políticas, programas e ações voltadas para públicos específicos, tais como: mulheres; negros; crianças e adolescentes; juventude; pessoa idosa; pessoa com deficiência; população LGBT; povos indígenas e povos e comunidades tradicionais; e população em situação de rua. Essa estratégia tem materializado a expansão da capacidade das políticas sociais brasileiras em oferecer proteção e promoção de oportunidades e bem-estar à população, atentando-se especialmente para a adequação da oferta de políticas públicas às características e especificidades desses públicos (Brasil, 2015, p. 30).

Observa-se que as ações governamentais têm um direcionamento para uns grupos específicos da sociedade por necessitarem de um maior amparo por parte do estado brasileiro. Evidenciamos que os povos tradicionais não foram esquecidos, haja vista o disposto nas Diretrizes Estratégicas desse plano, no tocante aos povos tradicionais, a seguinte redação: “Fortalecimento da governança fundiária e promoção da reforma agrária e da proteção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas” (Brasil, 2015, p.38 -39). Essa diretriz procura assegurar os locais nos quais essas comunidades se desenvolveram.

No tocante ao enfrentamento da violência, o Plano apresenta o seguinte objetivo:

Ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas e de mulheres, mulheres com deficiência, LBTs, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais (Brasil, 2015, p. 86).

Além disso, com relação aos programas de Promoção da Igualdade Racial e enfrentamento do racismo, o plano destaca como objetivo “articular a efetivação de direitos e o acesso a políticas públicas para povos e comunidades tradicionais de matriz africana” (Brasil, 2015, p. 92). Esses são alguns direcionamentos abordados no

plano plurianual desse período que merecem destaque.

O mencionado posicionamento da ação governamental expressa o compromisso com os povos de terreiro no desenvolvimento de políticas de respeito e acolhimento, por parte do Estado. Já no Plano Plurianual de 2020-2023, os povos de terreiro não são diretamente referidos. A temática relacionada com os povos de terreiro aparece apenas como tema transversal, dentro do eixo da família, não possuindo um direcionamento específico, mesmo sendo uma comunidade diferenciada, como há disposição em lei sobre tal diferenciação.

Entretanto, todos os grupos são colocados no mesmo patamar sem considerar as especificidades, sem haver um direcionamento efetivo conforme abaixo citado,

As políticas de direitos são, por natureza, transversais e, por isso, devem ser destinadas a todos os indivíduos e grupos. Como elas, ao longo dos anos, foram construídas com base em uma visão identitária segmentarista (políticas para mulheres, jovens, pessoas idosas, etc), elas envolvem, em menor ou maior medida, quase a totalidade das políticas públicas. A política de saúde, por exemplo, apresenta o recorte da mulher, da criança e do adolescente, da pessoa indígena, da pessoa idosa, dentre outros. A política de educação, por sua vez, engloba programas não só para crianças e adolescentes, como para jovens, adultos e pessoas idosas, sem e com alguma deficiência, com especificidades para povos indígenas e comunidades tradicionais. As demais políticas, semelhantemente, apresentam, como público-alvo, um ou outro segmento sujeito de direito e das políticas de direito. Somem-se a isso as ações de órgãos independentes e do Judiciário, que também estão voltadas a públicos que recebem um olhar diferenciado por parte deste Ministério (Brasil, 2021).

Sabe-se que esse plano foi desenvolvido durante o período de governo do Presidente Jair Bolsonaro, que era declaradamente cristão, sendo assim, sua convicção religiosa influenciou diretamente para o esquecimento dessa comunidade. Desta feita, sob a égide do seu governo, houve uma estagnação da proteção legal direcionada aos povos de terreiro. Com a nova legislatura, assumindo o poder Luiz Inácio Lula da Silva, essa realidade de esquecimento e invisibilidade começa a ser modificada.

Neste ano foram promulgadas duas leis pelas quais vislumbra-se a mudança de cenário, valorização e respeito a esses povos. Em janeiro de 2023 foi promulgada a Lei nº 14.519, que institui o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, assim como a Lei nº 7.226, instituindo diretrizes e ações para o Programa Distrital de Combate ao Racismo Religioso.

A ascensão neopentecostal ao poder político

A religião acaba difundindo o ideário de fé verdadeira, da luta contra o mal que deve ser combatido, procurando ampliar o universo de fiéis. A pregação ultrapassa os limites dos templos chegando aos espaços públicos, de forma massificada. As ações voltadas para disseminação e ratificação da ideologia também são utilizadas para captar votos e atingir o poder político

Destacamos que a Agência Brasil (2018), de acordo com levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), informou o crescente aumento do pleito em 2019, pois o quantitativo aumentou para sete, sendo que o número na legislatura anterior era de apenas três. Também o número de deputados, que eram setenta e três, passou para oitenta e quatro em 2019. Os dados demonstram que, nos espaços de poder, os evangélicos possuem forte representação.

Salienta-se que para a propositura de Leis Complementares e de Leis Ordinárias, de acordo com o art. 61 da Carta Magna, dentre os que detêm legitimidade para iniciativa, estão incluídos as Câmaras de Deputados, o Senado Federal e o Congresso Nacional. No tocante às emendas à Constituição, conforme o art. 60 possui legitimidade um terço da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente da República ou mais da metade das assembleias da unidade da Federação.

As decisões do rumo da nação necessariamente passam por estas duas casas, pela presidência e executivos estaduais, municipais e assembleias legislativas, no âmbito de suas circunscrições. Desta feita, há necessidade de ocupar os cargos estratégicos em diferentes esferas públicas, por parte dos neopentecostais, porque, conseqüentemente, com o poder nas mãos pode interferir no momento no direcionamento de ações favoráveis aos seus grupos conforme suas próprias convicções e interesses. Vale ressaltar que a presidência, na atual conjuntura, também faz parte desse segmento. Nesse sentido, têm-se as seguintes colocações dos entrevistados:

As grandes bancadas evangélicas, que vem cada vez mais se unindo contra quem é do candomblé, e a demonização feita por eles na cabeça das pessoas (Neto, 2020)².

E como todo processo hoje no país, o Ministério Público, as Câmaras de Deputados, de Vereadores, a Câmara do Senado. Todos os espaços de poder estão ocupados por evangélicos fundamentalistas. Então, às vezes, eles vão pegar a lei e vão deformar e usar apenas para

² Entrevista realizada em 13 de março de 2020.

prejudicar a religião (Nunes, 2020)³.

Porque, pelo que a gente está percebendo, a questão é muito séria, passando por questões políticas, passa pela relação de poder, passa por uma relação econômica. E a gente vê que isso é um plano orquestrado de ocupar as vereanças, presidência, as assembleias legislativas, as prefeituras. E como eles falam o plano do povo de Deus. E quem não for daquele time está fora e aí pode morrer. (Almeida, 2020)⁴.

É possível perceber que os três entrevistados enfatizam a questão da articulação da bancada evangélica, que utiliza os espaços de poder para defender seus próprios interesses. Tais representações mencionam a união contra o candomblé, utilizando-se até da inversão da lei em benefício próprio, sendo colocado esse projeto de conquista dos espaços como plano do Povo de Deus.

Observa-se que há a questão do fundamentalismo, porque os valores e princípios que fundamentam sua religião são os únicos aceitos. À vista disso, há um temor no que se refere à investida generalizada de ataques por parte de tais grupos, nesse sentido, menciona o segmento *“E quem não for daquele time está fora e aí pode morrer”* (Almeida, 2020). Sob esse viés, procuram proliferar o universo dos evangélicos e sua imbricação com pensamentos e tendências no seio da sociedade brasileira.

Corroborando com a narrativa de Almeida, Reginaldo Prandi faz a seguinte colocação:

De um lado, a ação dos religiosos evangélicos se caracteriza por ataques diretos, pessoais, dirigidos à seguidores dos orixás e aos seus templos, de tal modo que chegam a parecer atos de iniciativa individual, não orquestrados, que dependem muito mais de antipatias e inimizades locais e outras formas de desentendimento entre pessoas que pensam e creem de modos diferentes. Por outro, os representantes evangélicos no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores mobilizam outro tipo de ataque, tentando agora criar obstáculos legais que procuram inviabilizar a prática religiosa não de seus vizinhos, conhecidos e desafetos pessoais, mas de toda uma população de seguidores das religiões afro-brasileiras inserida na sociedade brasileira (Prandi, 2019, p. 13).

Esses grupos reverberam e estão presentes em posicionamentos que discriminam, disseminam ódio e intolerância, entretanto, sabe-se que todos devem dispor do mesmo amparo.

³ Entrevista realizada em 11 de março de 2020.

⁴ Entrevista realizada em 28 de janeiro de 2020.

Outro aspecto relevante sobre o poder se apresenta abaixo:

O poder financeiro que eles estão criando, como eles trabalham numa lógica de empresa. Hoje são os terreiros, depois podem ser amanhã os católicos por causa dos santos. Já houve chute, já urinaram em santa. Infelizmente, tem muita impunidade (Nunes, 2020).

A argumentação do poder “*trabalhando em uma lógica de empresa*” pode ser entendida no sentido de que aplicam o dinheiro em diversos segmentos, fazem divulgações. O segundo argumento, traz que “*hoje são os terreiros, depois podem ser os católicos por causa dos santos*” (Nunes, 2020), isto é, hoje o alvo principal é o povo de terreiro, não obstante, amanhã mais ações efetivas podem ser direcionadas a outros grupos religiosos. Destaca-se, então, a importância da manutenção do poder.

Contudo, em cada eleição o número de lideranças evangélicas se faz presente. O capital que gira em torno das campanhas, acaba tornando o pleito eleitoral um processo desfavorável, pois o poder econômico está a serviço do poder político. Outro ponto a ser destacado é a questão do poder do discurso, o convencimento, refletindo-se nas urnas. Essa realidade de articulação e ascensão dos evangélicos incide também nos estados e municípios.

No município de Recife, por exemplo, a bancada evangélica da Câmara do Recife representou 20% dos eleitos no mandato eletivo 2017-2020. Nessa legislatura a bancada era composta pelos vereadores “Carlos Gueiros (PSB), Irmã Aimée Carvalho (PSB), Ricardo Antunes (PSC), Professora Ana Lúcia (PRB), Fred Ferreira (PSC), Missionária Michele Collins (PP), Almir Fernando (PCdoB), Ricardo Cruz (PPS) e Eduardo Marques”. Não obstante, essas representações acabam colocando em xeque a laicidade do Estado. Aspecto este destacado no segmento abaixo:

O que eu acho interessante num Estado que é laico não deveria ter bancada evangélica, aliás, eu acho um escracho ter um Partido Social Cristão, um Partido Social-Democrata Cristão, a igreja não é democrática, não é. Como é que faz o controle das leis do Estado, sobretudo das leis eleitorais, que é o TSE e o TRE, homologa um partido desse interesse? Isso não é uma coisa porque alguém foi criado assim e pensa assado, não é. Isso é um sistema que está muito bem estruturado. Isso é uma questão estrutural do nosso país. Não é simplesmente uma intolerância de uma pessoa contra outra, quando essa intolerância vem acontecer é porque essas pessoas se sentem empoderadas. Mas é isso. Eu vou votar em fulano aí ele vai me arrumar emprego. Entenda você não tem noção do quanto é fácil lavar dinheiro numa igreja desta, eles não são obrigados a declarar imposto, então dinheiro de política, dinheiro do tráfico, dinheiro disso tudo. (Rego, 2020).

A observação destaca a própria legenda que define a base cristã, remete diretamente a dois pontos. O primeiro, a questão da democracia que, tratando-se de um país livre, isto iria repercutir em todas as esferas, inclusive, política. Por outro lado, coloca em evidência a laicidade do Estado, pois necessariamente tais partidos, de acordo com sua base, irão viabilizar os projetos e os preceitos voltados para as crenças religiosas. Ressaltamos que o Estado não pode ser proselitista. À vista disso, Lacerda traz a seguinte argumentação,

[...] o Estado não professa nem favorece (nem pode professar ou favorecer) nenhuma religião; dessa forma, ele contrapõe-se ao Estado confessional⁵ - em que se inclui o assim chamado “Estado ateu”, considerando que este assume uma posição caracteristicamente religiosa, mesmo que seja em um sentido negativo. Dessa forma, seguindo a laicidade, o Estado não possui doutrina oficial, tendo como consequências adicionais que os cidadãos não precisam filiar-se a igrejas ou associações para terem o status de cidadãos e inexistente o crime de heresia (ou seja, de doutrinas e/ou interpretações discordantes e/ou contrárias à doutrina e à interpretação oficial) (Lacerda, 2014, p. 181).

Todavia, verifica-se que os partidos possuem organização de Bancadas Evangélicas nas esferas do poder. Assim, o Estado não está sendo totalmente laico porque bancadas de outras religiões deveriam também existir. Há uma omissão diante desta realidade. Inclusive, no site dos partidos referidos pelo entrevistado, o PSC tem escrito PSC no poder e o PDC a defesa da manutenção do nome de DEUS na Constituição Federal, isto sendo direcionado a todos os brasileiros.

Esse posicionamento deixa evidenciado que há um projeto de poder e que mencionar o nome de Deus fere a liberdade daqueles que possuem outras crenças e/ou daqueles que não possuem nenhum tipo de credo. O poder político acaba sendo desviado da sua função, que é estar a serviço do povo independente de convicção. Verifica-se que na formação discursiva o entrevistado articula a igreja, a captação de recursos, a conquista do poder e o empoderamento.

A bancada evangélica vem se multiplicando a cada legislatura no Congresso Nacional, impulsionando maior força nas decisões políticas. Segundo a matéria publicada pelo Jornal Gazeta do Povo, a Frente Parlamentar Evangélica ganhou força nas últimas eleições de 2022, pois foram contabilizados 132 deputados e 14 senadores que se autodeclararam evangélicos, tendo um pouco mais de 25% e 17%

⁵ Estado Confessional é aquele que promove as crenças de uma ou mais de uma religião específica, como foi o caso, no passado, em que a religião católica era a religião oficial do Brasil.

respectivamente. (Sestrem, 2022)

Ressalta-se que independente de legendas há a autodeclaração da pertença religiosa e isso influencia na composição da bancada evangélica. Segundo a Agência Brasil (2018), “formada por parlamentares de diferentes partidos, a bancada evangélica atua de forma organizada no Congresso e desde 2003 foi registrada como Frente Parlamentar Evangélica, renomeada como Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional” (n/p).

Dentre as afirmações do entrevistado, existe também a lavagem de dinheiro, isto é, a fé utilizada para fins ilícitos, menciona-se a facilidade nas operações realizadas pela igreja, que não são declaradas, tornando mais acessível a realização deste tipo de ação criminosa. Nesse sentido, a reportagem da Revista Veja (2011) ressalta tal prática com a seguinte manchete: “Como a Universal lava o dinheiro doado pelos seus fiéis”, uma parte do teor da reportagem diz o seguinte:

Há quinze anos, promotores tentam provar que os bispos da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), liderados por Edir Macedo, utilizam as doações de fiéis para financiar, de modo fraudulento, a compra de empresas e agigantar um conglomerado de comunicação que tem como principal finalidade ampliar a influência religiosa e política desse ramo evangélico. Em 1º de setembro, o Ministério Público Federal de São Paulo (MPF-SP) denunciou Edir Macedo e três integrantes da cúpula da IURD por formação de quadrilha, estelionato, duas modalidades de evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Macedo e os outros três denunciados são acusados pelo MPF de comandar e se beneficiar da lavagem de dinheiro arrecadado em cultos entre 1999 e 2005 - o período investigado (Revista Veja, 2011, n/p).

A reportagem demonstra os indícios das afirmativas dos entrevistados, no tocante a utilização das doações. O poder econômico inter-relacionado reforça a penetração da doutrina e dos fundamentos, através do capital investido para captar um grande número de pessoas. Assim, a doutrina conquista espaços em todas as áreas da sociedade. Tais mecanismos viabilizam as metas audaciosas desses grupos.

Pode até parecer um discurso tendencioso sobre uma religiosidade, quando apenas são colocadas as representações dos entrevistados, mas os relatos representam situações que são cotidianamente vivenciadas. As provas obtidas pelos veículos de imprensa corroboram para que, no mínimo, sejam consideradas as representações.

Verifica-se que a investigação realizada pelo Ministério Público vem rastreando as ações no que se refere à aplicação e sonegação das doações de fiéis. Todavia, mesmo esse fato sendo amplamente divulgado, este poder econômico multiplica-se

dia após dia, pois as doações continuam somando-se, aumentando assim as possibilidades de massificar a conquista de espaços, promovendo uma luta desigual. A guerra declarada contra as religiões de matriz africana tende a se fortalecer, haja vista o capital gerar inúmeros benefícios para aqueles que o detêm.

Por isso, é destacado o questionamento a respeito da luta contra esse poder aquisitivo e, principalmente, na atual conjuntura da cúpula da Nação há diversos cargos ocupados pelos neopentecostais, inclusive, isso ocorria quando Jair Bolsonaro estava na Presidência da República como demonstrado a seguir:

Se a gente for olhar, a gente está lutando contra um poder aquisitivo alto, um poder político alto. Eles têm deputados, eles estão com o Presidente da República que se elegeu nessa política, têm prefeitos, vereadores e o quê que o nosso povo tem? Muito pouco, e mesmo com a bancada de esquerda, mesmo com a bancada de direitos humanos, é pouco. Não tem apoio dos seus projetos, não passam. A gente tem dificuldade no diálogo, a gente não consegue avançar. E a população muitas vezes acha que aquilo é bom, porque quando a população votou no milagre econômico. Não porque vai ter emprego, não quero essa política mais não, se enganou, a máscara caiu. Muitos estão arrependidos, mas já tá feito. É uma bola de neve que vem de cima. (Almeida, 2020.).

Pode-se observar que há uma interdiscursividade no tocante ao discurso apresentado. Pois, se formos avaliar, é mencionada reiteradamente a questão do poder, dos cargos ocupados em diversos âmbitos. Além disso, foram abordadas anteriormente as doações, a lavagem de dinheiro. Observa-se que os discursos possuem uma carga ideológica, não são simplesmente repetições, existe a subjetividade do autor.

A própria construção histórica de cada pessoa, as concepções político-ideológicas, são fatores preponderantes na conscientização do seu espaço ocupado e os caminhos que devem ser seguidos. Ademais, o entrevistado destaca a dificuldade de lutar contra a estrutura formada e a objeção ao diálogo, visto que não há representação do povo de terreiro, o máximo que conseguem é um olhar da bancada de esquerda e de direitos humanos.

Assim, os projetos para serem transformados em lei necessitam de muitas articulações e do apoio de outros parlamentares para que sejam colocadas no ordenamento. A depender do tipo, ou seja, se é lei ordinária, lei complementar ou emenda à Constituição, há um quórum específico, e isto significa que é muito difícil um olhar destinado para o povo de terreiro, porque não há vontade política.

Toda autoridade procura, conforme os sistemas políticos no qual fazem parte, legitimar-se e, para isso, é preciso que exista correlativamente uma crença por parte das pessoas para que haja a legitimidade (Brandão, 2006). Entretanto, essa legitimidade que foi conquistada nas urnas, está fazendo a nação caminhar para o declínio, pois os dirigentes estão restringindo os direitos da população, não apenas os direitos do povo de terreiro,

E veja hoje como está o caminhar do poder do homem neste exato momento. O Brasil está tendo uma derrocada vertiginosa, onde está se tirando direitos que demorou uma vida para conquistar. E se a população não acordar? Hoje eu estou no meu lugar de conforto, mas será que amanhã eu estarei? (Silva, 2020)⁶.

A argumentação transcrita enfatiza que o poder acaba mexendo nos direitos conquistados ao longo do tempo, havendo um questionamento no tocante à passividade, aceitação sem mobilização para não perder conquistas históricas. E a religião está muito presente em todas as ações. O empoderamento da elite que está no comando possui suas ramificações, penetração e influência para atingir os seus fins.

Por isso, nas representações do povo de terreiro observadas nas falas à intolerância, o discurso de ódio. Os ataques são expressivos, porque se valem do lugar que ocupam, assim, o poder tem que ser observado como algo está em circulação, ou seja, como algo que seu funcionamento se processa em cadeia (Foucault, 1984).

Os ataques ao povo de terreiro continuam acontecendo em diversos espaços públicos. Vagner Silva destaca essa intolerância após que coletar dados na imprensa e na literatura acadêmica, sistematizou e classificou a intolerância conforme os seguintes critérios:

[...] 1) ataques feitos no âmbito dos cultos das igrejas neopentecostais e os seus meios de divulgação e proselitismo; 2) agressões físicas *in loco* contra terreiros e seus membros; 3) ataques às cerimônias religiosas afro-brasileiras realizadas em locais públicos ou aos símbolos dessas religiões existentes em tais espaços; 4) ataques a outros símbolos de herança africana no Brasil que tenham alguma relação com as religiões afro-brasileiras; 5) ataques decorrentes das alianças entre igrejas e políticos evangélicos e, finalmente; 6) as reações públicas (políticas e judiciais) dos adeptos das religiões afro-brasileiras (Silva, 2007, p. 10).

Desse modo, ações voltadas a combater ou até mesmo exterminar estão presentes no cotidiano das religiões de matrizes africanas. Contudo, nas eleições 2014

⁶ Entrevista realizada em 28 de janeiro de 2020.

e, ao longo dos dois anos antecedentes, os valores religiosos foram abordados de forma mais contundente como fatos de tradição (Vital da Cunha, 2017). A partir desses valores religiosos, acabam atacando a fé alheia.

Nestes segmentos há depoimentos a respeito de práticas de parlamentares que, em função dos cargos que ocupam, atacam o sagrado da religião de matriz africana, convocando até mesmo as pessoas pelas redes sociais. Essa ação orquestrada desencadeou uma mobilização,

[...] fizemos uma campanha pesada, muito pesada, inclusive no carnaval do ano retrasado, porque a Michelle Collins conclamou a nação brasileira a expulsar o demônio de Iemanjá. Doutor Wesley Gomes foi perseguido, por que existe um grupo dos promotores de Cristo, evangélicos, tentaram dizer que era um movimento político comandado pelo PSOL, repara, eu com PSOL, PCdoB, com o PSB, eu não quero nem conversar, assim, eu dialogo, mas junto, não faço nada com eles, até porque eu sou sociedade civil, eu não misturo minha religião com política, não nesse sentido (Rego, 2020).

Verifica-se que há um ataque expressivo à fé do povo de terreiro e que uma pessoa que foi eleita para defender os direitos da população como um todo, defende apenas os fundamentos de uma religião, tendo como base suas próprias convicções. Nesse sentido, Aragão (2015) diz que não podemos admitir que os espaços públicos sejam ocupados pelas igrejas. Numa sociedade democrática e republicana o ecumenismo deve prevalecer.

Os evangélicos também utilizam as mídias a seu favor para disseminar ataques à religiosidade africana, dispondo de programas específicos que proliferam a intolerância, o que é amplamente emitido nas pregações, como descrito neste tópico. A questão para dirimir tais conflitos perpassaria por uma ação mais efetiva também do poder público. Porém, quem está no poder perpetua a prática da intolerância.

[...] se o governo quisesse, estaria bem adiantada essa questão da intolerância religiosa. Outra coisa, nós não temos representação política. Um grande defeito nosso é justamente esse. Nós não temos representação política pra brigar pelos nossos direitos. Não temos a bancada na câmara municipal, não temos a bancada na assembleia, não temos praticamente representação nenhuma na assembleia legislativa, nem no Município nem no Estado, nem no Congresso, a maioria é bancada evangélica, aí fica dificultando o povo de Edir Macedo (Silva, 2020).

Na representação acima mencionada uma questão muito importante é colocada, pois as ações de combate à intolerância devem ser desenvolvidas pelos

governos, posto que se encontre em um país democrático, o qual possui como preceito fundamental a liberdade, a laicidade do Estado, não se pode governar a favor de uma religião específica. Quando os representantes do povo mencionam “Deus acima de todos”, estão contemplando apenas uma parcela das pessoas, atingindo também aqueles que não professam fé.

Verifica-se que o mandato eletivo está sendo desvirtuado porque a vereança deve ser exercida voltada para os anseios da população e, neste caso, o cargo ocupado, ou melhor, o poder político, vem atuando de maneira proselitista, contrariando assim, o princípio da laicidade do Estado.

O discurso neopentecostal e a religião de matriz africana

A religiosidade faz parte dessa realidade de significados, pois nem sempre a racionalidade explica os mecanismos internos e o processo de cada ser. A relação do homem com “Deus”, sua ligação com a dimensão transcendente é algo único, pois cada experiência se perfaz tanto no universo coletivo, quanto no particular.

No Brasil, os grupos religiosos, principalmente de tradição neopentecostal, entabularam um embate contra grupos religiosos afro-brasileiros (Silva, 2007). Segundo Reginaldo Prandi (2004), isso faz parte do planejamento expansionista pentecostal de atuar nas mesmas territorialidades, conquistando adeptos e procurando fechar terreiros. Desse modo, atacam o sagrado desse povo e sua forma de liturgia, pois pretendem atingir a hegemonia e o poder.

Salientamos que, historicamente, o povo de terreiro vivenciou momentos de proibição, sincretismo, reestruturação dos laços, lutas, preconceitos, discriminação e racismo estrutural, vivenciando cotidianamente uma rede complexa de intolerância. Isso se manifesta de várias formas, pode ser por ações e omissões, pois “em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos, ela constitui cuidadoso procedimento” (Foucault, 1984, p. 25).

Na atualidade, o poder repressor é observável no segmento abaixo,

Agora com a ascensão das igrejas, ou melhor, dizendo, dos grupos neopentecostais, a gente costuma dizer que se dá muita ênfase às fakes news. Mas as igrejas evangélicas, esses grupos evangélicos neopentecostais, praticam fake news contra a gente do mesmo jeito que a igreja católica praticou no passado, nos imputando o culto a uma divindade, que deve ser pra ele divindade porque só vive falando nisso, que é o demônio. A gente não cultua o demônio, não existe o demônio na religião da gente. O povo de candomblé, o povo de terreiro sempre

enfrentou fake news. Eles sempre imputaram a gente o culto ao demônio, não temos demônios na nossa religião. Existe a divindade das águas, existe a divindade da terra, do ar, do sol, da lua, do fogo, existe isso, o espírito. Agora demônio, isso aí é coisa pra quem cultua e nós não cultuamos (Rego, 2020)⁷.

É sob esse cenário que os neopentecostais retomam o discurso do passado, havendo um interdiscurso, ou seja, tem relação com o discurso que é produzido com a multiplicidade de discursos (Orlandi, 2001). Este retorno, enfatizando a demonização, é internalizado como verdade absoluta por “está circularmente ligado ao sistema de poder, que a produzem e a apoiam” (Foucault, 1984, p. 8). O sistema simbólico é repetidamente mencionado, na seguinte fala: *“Eles sempre imputaram a gente o culto ao demônio, não temos demônios na nossa religião”*.

Na base da produção da vida humana está o trabalho simbólico do discurso e, nesse sentido, não existe discurso sem sujeito, bem como não há discurso sem ideologia (Orlandi, 2001). Essa carga pode ser observada no segmento abaixo:

É religião de preto, de pobre, de analfabeto, que não é mais. Mas essa é a impressão: preto, pobre, analfabeto, homossexuais, bem como lésbicas. Engloba esse universo, que acolhe esse universo. Demonizada pela igreja católica, pelo europeu em si. Demonizada pelo cristianismo quando vieram pra cá. Então gera tudo isso. É tanto que quando a criança vai crescendo e que os pais não têm noção nenhuma da religião afro-brasileira, é coisa do demônio, é coisa do diabo. Às vezes a criança não tem noção nenhuma. Aí é complicado, aí vai se tornando, aí é que vai surgir o preconceito a intolerância religiosa, vai reforçando isso (Silva, 2020.)⁸.

Observamos na formação ideológica do discurso, conforme a argumentação do entrevistado, que estão imbricadas questões de cunho racial, econômico e social. Ademais, tais questões se inter-relacionam com a própria religiosidade, a cor da pele traz toda uma carga discriminatória.

As classificações entre os seres humanos por raça, cor, etnia, procedência e religião têm a intencionalidade de moldar o comportamento humano em todos os âmbitos da sociedade, conseguindo escalonar os grupos, colocando limitações e restringindo oportunidades a populações envolvidas (Bethencourt, 2018). Procura-se inferiorizar esses grupos étnicos específicos com relação ao outro.

Vagner Silva (2007) afirma que, nas últimas décadas, houve um grande acirramento dos ataques contra as religiões afro-brasileiras por parte das igrejas

⁷ Entrevista realizada em 28 de janeiro de 2020.

⁸ Entrevista realizada em 11 de março de 2020.

neopentecostais. Dentre estas ações, aponta os seguintes fatores: a disputa por adeptos de uma mesma origem socioeconômica, o tipo de cruzada proselitista adotada pelas igrejas neopentecostais, o ponto de vista do sistema simbólico, o papel que as entidades afro-brasileiras e as práticas desempenham na estrutura do ritual dessas igrejas como afirmação de uma cosmologia maniqueísta⁹.

O processo de massificação dessa formação do discurso ideológico começou a ocorrer no final do século XX e início de século XXI, conforme relatam Campos e Kouryh (2015),

[...] o final do século XX e início do século XXI, palco das ações neopentecostais que, fazendo ressurgir com uma nova e massificadora força o processo de demonização dos cultos afro-brasileiros (considerando os meios de comunicação utilizados), tenta promover e instaurar uma cultura da intolerância denominada por seus comandantes (e absorvida por seus fiéis) de guerra santa ou batalha espiritual. (Campos; Kouryh, 2015, p. 162)

Verifica-se que, a massificação da mídia¹⁰ sendo ratificada e utilizada através do insistente retorno das sínteses narrativas e das representações, a fim de constituírem o imaginário social (Gregolin, 2003). Por meio dessa visão deturpada da religiosidade, procura-se vencer uma batalha que fora criada como mecanismo de poder, e como forma de dominação. Porém, essa estratégia tem várias formas de atuação quando faz essa associação conforme é ressaltado no trecho acima, assim como em várias representações dos entrevistados.

Na sociedade capitalista quem detém o poder econômico, consegue maior penetração nos diversos espaços de poder. Só a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), segundo a Revista Veja¹¹, soma 1,4 bilhão de reais apenas em doações, tendo 10.000 igrejas, em mais de 100 países, contando com 9,5 milhões de fiéis. Essa é a mais representativa dentre os neopentecostais no Brasil, sem contar com o quantitativo de fiéis e doações existentes em outras denominações como Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Renascer em Cristo, dentre outras.

⁹ A cosmologia maniqueísta tem como base a tese de Maniqueu que “consistia na afirmação de dois princípios ontológicos do mundo: o bem ou a Luz, representado pelo sol, e o Mal ou as Trevas, personificado na matéria” (Costa, 2010, p. 219).

¹⁰ Vidal da Cunha menciona que os evangélicos estavam presentes no espaço público através da mídia radiofônica e televisiva em 1949 e 1960, respectivamente, através da Igreja Adventista dos Santos dos Últimos Dias. Até a década de 1980, eram os pastores evangélicos norte-americanos que tinham a preferência nacional e em 1980 a produção evangélica de televisão brasileira ficou independente.

¹¹ A matéria da Revista menciona que o gasto com o projeto de mídia da Igreja Universal por ano fica em torno de um bilhão de reais. Também relata que investe dinheiro na Record, com o objetivo de emplacar a programação da madrugada e, atualmente, compra horários na Band, RedeTV e CNT.

Esse artifício para captar recursos é enfatizado na fala do entrevistado:

Esse processo neopentecostal, que é junto com os opressores, os racistas, existe esse projeto de poder que é tudo através do capital, da economia. Hoje, a gente tem religiões que vendem sagrado, será que isso que Deus na sua originalidade colocou pra repartir e não pra você viver daquilo? (Marques, 2020)¹².

Observa-se que a formação discursiva parte de um pressuposto que existe um projeto de poder, no qual há uma estreita relação com o capital da economia. Tal afirmação relaciona-se com o enfatizado acerca dos recursos que são captados nos cultos e vinculados, como forma de atingir a graça pleiteada. Sob essa ótica, há a afirmação que vendem o sagrado, porque “quanto maior for o donativo dado a Deus, maior será o empenho na benção aguardada” (Silva, 2007, p. 217). Ou seja, é uma forma de troca com o sagrado e o meio pelo qual há um convencimento que, quanto maior o valor dado em sacrifício, maior será a prosperidade conquistada.

Ademais, a mídia é utilizada como forma de ampliar o alcance dos fiéis. Hoje, muitos veículos de comunicação, destacando o Jornal da Folha Universal e a Rede Record, estão a serviço dessas igrejas e conseguem disseminar o discurso de intolerância religiosa. É assim que os dizeres não são apenas mensagens, possuem um sentido e são produzidos em condições determinadas, marcadas pela ideologia e pelas posições relativas ao poder, trazendo uma intencionalidade para produzirem os efeitos que atingem (Orlandi, 2012).

Considerações finais

O povo de terreiro ainda é alvo do discurso ideológico que procura inferiorizar as tradições dos antepassados. Antes os repressores eram católicos, atualmente são os neopentecostais. Mas afirmar que essas perseguições são reflexos apenas do passado é minimizar a luta e resistência desse povo que ainda são alvos de ataques de preconceito, discriminação e intolerância.

Enfatizamos que a expansão de igrejas é um fator determinante para manutenção e captação de fiéis, e isso demanda todo aparato das mídias, do capital econômico, bem como conquista de novos adeptos e esse investimento mercadológico está nas mãos daqueles que se organizam empresarialmente. Nessa perspectiva, os neopentecostais são extremamente eficientes, mesmo que para isso seja necessário

¹² Entrevista realizada em 21 de janeiro de 2020.

atingir o sagrado alheio, ou melhor, das religiões de matrizes africanas.

Aliado a isso, desenvolvem estratégias de ascensão aos diversos espaços de poder, principalmente, a conquista do poder político. Esse poder político torna-se fundamental para ditar as regras e empoderar seus representantes. Verifica-se que o poder também é capaz de revestir-se de tirania, para impor a outrem suas próprias convicções. Nas falas dos entrevistados esse aspecto é enfatizado. Todavia, o povo de terreiro tem consciência da realidade que o cerca e quem resistiu e lutou até os dias atuais para continuar cultuando seus Orixás não vai desistir e nem perder a fé que essa realidade pode se modificar, através de ações e do diálogo.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Em crescimento, bancada evangélica terá 91 parlamentares no Congresso**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

ALMEIDA, Marta Carmelita Bezerra de. (Ekedi) **Intolerância Religiosa**. Jan. 2020. Entrevistador: Lucy Patrícia da Silva de Farias. Entrevista gravada E-mail.

ARAGÃO, G. Da intolerância religiosa ao diálogo trans-religioso. **Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 152-171, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/religare/article/view/27256>. Acesso em: ?
BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das Cruzadas ao século XX**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BRASIL. **[Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL, Ministério da Economia. **Espelho de Programa do Plano Plurianual 2020 - 2023**. 2021 Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/espelhos_completos_programas_2022.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL, Ministério da Economia. **Plano Plurianual 2016-2019**. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/arquivos/planejamento/arquivos-e-imagens/secretarias/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3-1.pdf>, Acesso em 30 mar. 2023.

CAMPOS, Z. D. P.; KOURYH, J. R. Religiões afro-brasileiras: perseguições antigas e

- novas. **Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP (Descontinuada)**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 161-177, 2015. DOI: 10.25247/2237-907x.2015v5n1.p161-177. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/theo/article/view/609>.
- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- COSTA, M. R. N. A metafísica Cosmológico/Soteriológica Dualista Maniqueísta. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, [S. l.], v. 9, n. 11-12, p. 219-238, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/618>>. Acesso em: 25 mai. 2022.
- DE SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino. O terreiro e a cidade: ancestralidade e territorialidade nas políticas de ação afirmativa. **Estudos de Sociologia**, [S.l.], v. 2, n. 20, jan. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235560>>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- SESTREM, Gabriel. **Bancada evangélica terá recorde de membros para enfrentar pautas progressistas no Congresso**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/bancada-evangelica-congresso-tera-recorde-membros-proxima-legislatura/>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 95- 96.
- LACERDA, Gustavo Biscaia de. Sobre as relações entre a igreja e o Estado: conceituando a laicidade. In: Conselho Nacional do Ministério Público. (Org.) **Ministério Público - Em defesa do Estado Laico**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2014. p. 181.
- MARQUES. Jean Pierre de Lima. (Babalorixá). **Intolerância Religiosa**. Jan. 2020. Entrevistador: Lucy Patrícia da Silva de Farias. Entrevista gravada E-mail.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI. **Discurso em análise: Sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2012.
- PRANDI, Reginaldo **O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso**. Estud. av. vol.18 no.52 São Paulo Set./Dez. 2004, p. 223 - 238. ISSN 0103-4014.
- REGO, Thiago Henrique da Conceição. **Intolerância Religiosa**. Jan. 2020. Entrevistador: Lucy Patrícia da Silva de Farias. Entrevista gravada E-mail.
- REVISTA VEJA. **O escolhido**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/o-escolhido/>>. Acesso em: 06 jul. 2020.
- SILVA, Clemildo Anacleto da; RIBEIRO, Mário Bueno. **Intolerância Religiosa e direitos humanos: mapeamento de intolerância**. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- SILVA, Marcos Antônio Gomes da. (Pai Martin de Oxum) **Intolerância Religiosa**. Mar. 2020. Entrevistador: Lucy Patrícia da Silva de Farias. Entrevista gravada E-mail.
- SILVA, Lúcia Maria Crispiano da. (Mãe Lúcia de Oyá)
- SILVA, Vagner Gonçalves da (Org.). **Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro - Brasileiro**. São Paulo- Editor da Universidade de São Paulo, 2007, p. 9- 28.
- VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017. 196 p.

Recebido: 01 abr 2023

Aceito: 25 jun 2023